

# RELATÓRIO EXECUTIVO

**Data, horário, duração:** 16 de Junho de 2025, início às 13:30.

**Objeto/tema central da reunião:** Mobilização e discussão sobre o alongamento e renegociação das dívidas agrícolas dos produtores rurais do Rio Grande do Sul devido às perdas sucessivas de safras, buscando apoio e soluções do Governo Federal e demais esferas de poder.

---

## 1. RESUMO EXECUTIVO

A reunião, que contou com a participação de diversas lideranças políticas e representantes do agronegócio gaúcho, teve como objetivo central a busca por soluções urgentes para a crise de endividamento dos produtores rurais do Rio Grande do Sul. A **presidente da Famurs, Adriane Perin de Oliveira**, enfatizou a necessidade de união, independentemente de ideologias partidárias, para o alongamento das dívidas agrícolas, destacando que "não é perdão, é alongamento". Ela ressaltou a importância de fundos como o do Meio Ambiente e Pré-Sal para garantir essas operações e reiterou o apelo para que todos os poderes se juntem à causa, levando a pauta a Brasília se necessário.

**Carlos Joel da Silva (Fetag RS) e Domingos Velho Lopes (Farsul)** reforçaram a união do setor primário gaúcho, incluindo a agricultura familiar, e a proposta de alongamento das dívidas por 20 anos, com carência. Eles criticaram a falta de vontade política do Governo Federal em avançar na questão e instaram os parlamentares gaúchos a bloquear votações no Congresso Nacional caso não haja uma solução. O **Governador Eduardo Leite** alinhou-se à causa, apresentando dados sobre as perdas econômicas do estado e destacando que o Rio Grande do Sul não pede privilégios, mas atenção e auxílio. Ele enfatizou a proposta de usar recursos do Fundo Social do Pré-Sal e as medidas já implementadas pelo Governo Estadual para apoiar os produtores.

O **Ministro João Augusto Nardes (TCU)**, pioneiro na discussão do uso do Fundo Social, ressaltou a falta de prioridade do Rio Grande do Sul no governo federal, apesar de sua relevância para o país. Ele se dispôs a intermediar reuniões em Brasília. O **Senador Luiz Carlos Heinze** e os **Deputados Pedro Westphalen e Afonso Hamm** detalharam os projetos de securitização em tramitação e a urgência de aprovação, mencionando a designação de relatores e a cobrança aos Ministros da Agricultura e da Fazenda. A **Deputada Delegada Nadine**, representando a ALRS, reafirmou o apoio irrestrito da Assembleia Legislativa à securitização.

---

## 2. CONTEXTO

A reunião foi motivada pela grave e singular realidade enfrentada pelo Rio Grande do Sul, marcada por perdas sucessivas no campo. Conforme a **Presidente Adriane Perin de Oliveira**,

o estado tem vivenciado "perdas sucessivas no campo" e "o produtor rural chegou ao seu limite", impactando diretamente a economia dos municípios e do estado. **Domingos Velho Lopes (Farsul)** destacou que "desde 2020, só tivemos em 2021 safra boa, todas as demais tivemos efeitos climáticos de seca ou a grande enchente", o que levou o setor produtivo ao "momento mais trágico da história do estado do Rio Grande do Sul". O **Governador Eduardo Leite** corroborou, afirmando que o Rio Grande do Sul perdeu safras que equivalem a 60% do PIB do estado de um ano inteiro nos últimos seis anos, sendo o estado que mais perdeu economicamente no país.

O problema central a ser resolvido é o endividamento massivo dos produtores rurais, que impede o plantio das próximas safras e ameaça a economia local e nacional. A inadimplência, apesar de o Rio Grande do Sul ter o menor índice de inadimplência do Brasil, é uma preocupação crescente. A prorrogação das dívidas por si só não é suficiente; a necessidade é de um alongamento significativo e de condições favoráveis para a renegociação, além da capitalização dos produtores descapitalizados. Há uma percepção generalizada de que o Governo Federal não tem demonstrado a devida sensibilidade e agilidade para com a causa gaúcha, o que exige uma forte mobilização política para sensibilizar Brasília.

No contexto das medidas defendidas pelas entidades em reunião prévia com o **Deputado Federal Luiz Afonso Hamm na Câmara Federal**, relator da matéria (PL 341/25), foram apresentadas propostas detalhadas que visam mitigar os impactos da crise. Embora nem todas tenham sido explicitamente mencionadas na transcrição da reunião executiva, elas demonstram a abrangência das soluções buscadas e o nível de detalhamento das demandas do setor.

---

## 3. PRINCIPAIS QUESTÕES DISCUTIDAS

### 3.1. Alongamento e Renegociação de Dívidas Agrícolas

A principal questão discutida é o alongamento das dívidas agrícolas como medida de sobrevivência para o produtor rural e para a economia do Rio Grande do Sul. A **Presidente Adriane Perin de Oliveira (Famurs)** afirmou que "o caminho é o alongamento das dívidas, que não é perdão, é alongamento das dívidas", e que este é um pedido "justo, urgente e inadiável". A necessidade de envolver todos os poderes – legislativo, executivo e aqueles que influenciam decisões nacionais – foi amplamente ressaltada.

**Carlos Joel da Silva (Fetag RS)** detalhou que a proposta da Fetag, já entregue ao Governo Federal em fevereiro após reuniões com entidades, é o alongamento por 20 anos. Ele criticou a postura do Governo Federal, que "não está inclinado, não tem vontade política de fazer isto" e que, até o momento, "não apresentou uma contraproposta". **Domingos Velho Lopes (Farsul)** corroborou, afirmando que a securitização é "vital para as instituições financeiras", mas que as dívidas com cerealistas, revendas e cooperativas estão fora do projeto de securitização, exigindo uma "pauta coletiva" que inclua o governador e a bancada federal. O **Ministro João Augusto Nardes (TCU)** lembrou sua atuação na securitização de 1999, com 4 anos de

carência, 20 anos de prazo e 40% de rebote, e destacou que "não queremos nada de graça", apenas condições para pagar. Ele pontuou que a prorrogação por si só não resolve, sendo necessária a capitalização do produtor. O **Senador Luiz Carlos Heinze e o Deputado Pedro Westphalen** foram creditados por **Domingos Velho Lopes (Farsul)** por "terem a coragem de protocolar os dois projetos de securitização na Câmara". **Afonso Hamm** (Deputado Federal), relator do projeto na Câmara, informou que o relatório será entregue antes do recesso, visando um acordo mínimo com o governo e o presidente da Câmara. Ele ressaltou que "o produtor não está pedindo anistia", mas sim "mais safras e quer pagar dentro dessa premissa". O **Secretário da Agricultura, Edivilson Brum**, reiterou que o objetivo é "renegociar as dívidas em 20 anos, com 3 anos de carência".

**As entidades propõem que as taxas de juros diferenciadas para a securitização sejam de no máximo 1% ao ano para produtores do PRONAF, 2% ao ano para o PRONAMP e 3% ao ano para os demais produtores e empresários rurais.**

### 3.2. Utilização do Fundo Social do Pré-Sal

A utilização do Fundo Social do Pré-Sal como mecanismo de financiamento da securitização ou renegociação das dívidas foi um ponto crucial. A **Presidente Adriane Perin de Oliveira (Famurs)** sugeriu que "Fundos como o Fundo do Meio Ambiente, Pré-Sal, entre outros, podem garantir essas operações". **Domingos Velho Lopes (Farsul)** agradeceu ao **Ministro João Augusto Nardes (TCU)** por "abrir o caminho de toda a jurisdição para nós utilizarmos o Fundo Social do Pré-Sal para a solução". O **Governador Eduardo Leite** defendeu a utilização dos recursos do Fundo Social, que terá "praticamente um trilhão de reais" na próxima década, como uma forma justa de ajudar o agronegócio gaúcho, especialmente diante das perdas econômicas. Ele mencionou que a Medida Provisória 1291 permite a aplicação do Fundo Social em projetos de mitigação e adaptação a mudanças climáticas, e que "haveria ali pelo menos 15 bilhões de reais que poderiam ser destinados para essa finalidade". O **Ministro João Augusto Nardes (TCU)** afirmou que "tem 30 bilhões no Fundo Social, com a taxa de juro de 4%", e que ele próprio conversou com o Ministro Haddad sobre isso. O **Senador Luiz Carlos Heinze** também destacou a necessidade de "ter criatividade em cima do fundo do Pré-Sal ou então na emissão de títulos, não apenas tirar do caixa", para buscar o recurso necessário.

### 3.3. Dificuldades com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN)

A resolução do CMN, embora tenha resultado em algumas prorrogações, foi criticada por não abranger todas as dívidas e por suas condições. O **Governador Eduardo Leite** apontou que a resolução "não resolveu as dívidas com cooperativas fornecedoras e bancos com capital próprio". Ele também destacou que a prorrogação não é automática, exigindo comprovações que "retardam esse processo na análise dos bancos". Além disso, as taxas propostas não são consideradas favoráveis, e a avaliação de crédito fica a cargo das instituições financeiras, o que representa um desafio. O Governador sugeriu a inclusão de operações inadimplentes, recursos livres e cédulas de produtor rural, a ampliação do teto das carteiras de crédito para,

no mínimo, o dobro dos 8% atuais, a inclusão de operações já vencidas e a dispensa de aditivos contratuais para desburocratizar o processo. O **Senador Luiz Carlos Heinze** também observou que "essa resolução ainda não resolve os nossos problemas dos custos e também dos investimentos. Muitos bancos de fábrica continuam acionando produtores", e que "Sicredi, Banrisul e outros, que não estão cumprindo as resoluções do Banco Central e já receberam o recado".

### 3.4. Atuação da Bancada Federal e a Pressão Política em Brasília

A importância da atuação conjunta da bancada federal gaúcha e a necessidade de pressão política sobre o Governo Federal foram temas recorrentes. **Carlos Joel da Silva (Fetag RS)** cobrou que os deputados gaúchos "comecem a bloquear a votação dentro do Congresso se não acharem solução para a dívida dos agricultores", e que o interesse do agricultor do Rio Grande do Sul "tem que ser maior" do que as ideologias partidárias. O **Governador Eduardo Leite** afirmou que "a única forma para a gente fazer perceber isso é, sim, através de manifestações políticas contundentes, nas quais se insere a nossa bancada federal". Ele manifestou confiança nos parlamentares gaúchos para "fazer reverberar em Brasília, com todos os mecanismos possíveis, a dor do Rio Grande". O **Ministro João Augusto Nardes (TCU)** se dispôs a marcar reuniões com o Ministro Haddad e com toda a bancada federal, incluindo o Partido dos Trabalhadores, para discutir a pauta. O **Senador Luiz Carlos Heinze** solicitou que o Deputado Marcelo Moraes, coordenador da bancada federal, e outros parlamentares, se juntassem a ele e ao **Deputado Pedro Westphalen** para dar um "recado: apartidariamente" de que "aqui não tem partido, aqui tem o interesse de uma classe". O **Deputado Marcelo Moraes (Líder da Bancada Gaúcha)** confirmou que o grupo vem utilizando "todas as ferramentas possíveis para pressionar o Governo Federal" e que a urgência para pautar o projeto de securitização, agora com relator designado (Afonso Hamm), é primordial. Ele concluiu que "o Governo Lula não tem sido sensível à causa dos agricultores e agricultoras aqui do Rio Grande do Sul", e que "o Governo Lula é como feijão, só amolece na pressão". **Pompeo de Mattos (Deputado Federal)** enfatizou que "temos que brigar menos entre nós e mais com os outros" em Brasília, "com luta, com consciência, com projeto, com ação e com atitude".

### 3.5. Medidas e Investimentos do Governo Estadual

O **Governador Eduardo Leite** detalhou as ações e investimentos do Governo do Estado para auxiliar os produtores rurais. Ele mencionou a modernização e facilitação de regras para irrigação, melhoria do sistema de outorga de águas e políticas para a agricultura familiar. Citou o programa Terra Forte, com previsão de R\$ 300 milhões na primeira etapa, que destinará R\$ 30 mil em cartão para 15 mil produtores familiares comprarem insumos, com a intenção de chegar a R\$ 1 bilhão em investimentos diretos. Anunciou também que o programa de troca-troca de sementes (Milho 100%) terá subvenção integral do estado nos próximos dois anos, totalizando R\$ 180 milhões para produção de milho e sorgo. Somados, esses investimentos chegam a meio bilhão de reais anunciados na semana passada. Além disso, o Governador informou a destinação de R\$ 300 mil para cada município para maquinário de manutenção de estradas rurais. **Domingos Velho Lopes (Farsul)** agradeceu ao Governador Leite por ter ofertado "136 milhões do seu recurso" que foi levado ao Ministério da Fazenda, e

que "só em razão deste motivo é que saíram as prorrogações e a resolução para os recursos controlados". O **Secretário da Agricultura, Edvilson Brum**, reforçou a oferta de R\$ 136 milhões do governo estadual para custear o serviço da dívida de prorrogação.

---

## 4. RISCOS IDENTIFICADOS

### 4.1. Riscos Econômicos e Sociais

- **Consequências potenciais:** Falência dos produtores rurais, colapso da produção agrícola, retração da economia dos municípios e do estado, diminuição de empregos, impacto no comércio e na indústria.
- **Avaliação de probabilidade/impacto:** O **Governador Eduardo Leite** mencionou que "o Rio Grande perdeu safras que equivalem a 60% do PIB do estado de um ano inteiro", e que nenhum estado brasileiro "viveu o que o Rio Grande do Sul viveu. É completamente diferente, desproporcional". **Domingos Velho Lopes (Farsul)** alertou que "não tem bolso que suporte esta situação a nível de produtor rural e não há prefeitura que vai resistir sem o dinheiro do agronegócio, porque vai afetar serviço, vai afetar comércio, vai afetar a indústria". **Carlos Joel da Silva (Fetag RS)** afirmou que "a dívida do agricultor... é problema da sociedade, é problema do município, é problema dos empregos". A **Prefeita Márcia Prates (Novo Barreiro)** reforçou que a crise "já está refletindo na nossa economia. Já está refletindo no mercado, na farmácia, na loja e as pessoas não estão conseguindo plantar". O impacto é considerado iminente e de alta magnitude.

### 4.2. Riscos de Crédito e Financiamento

- **Consequências potenciais:** Produtores sem condições de acessar crédito para futuras lavouras, não conseguindo financiar insumos e investimentos em irrigação, resultando em menor produtividade. **Senador Luiz Carlos Heinze** relatou que a safra de inverno de trigo e canola pode ter apenas 20% financiada, e que produtores estão plantando "sem adubo e sem os insumos" devido à falta de garantia para renegociação e financiamento da próxima safra.
- **Avaliação de probabilidade/impacto:** Altamente provável, já que as prorrogações atuais não abrangem todas as dívidas e as condições de juros e avaliação de crédito ainda são desfavoráveis, conforme o **Governador Eduardo Leite**. A falta de um sistema de seguro agrícola adequado também agrava a situação, como pontuou o **Senador Luiz Carlos Heinze**.

### 4.3. Riscos Políticos e de Representação

- **Consequências potenciais:** Falta de sensibilidade do Governo Federal à crise gaúcha, ausência de apoio político e recursos, perpetuação dos problemas de endividamento e perda de competitividade.

- **Avaliação de probabilidade/impacto:** O **Ministro João Augusto Nardes (TCU)** expressou que "o sentimento que vejo lá em Brasília é de que o Rio Grande do Sul não está na prioridade do governo". O **Governador Eduardo Leite** afirmou que "a dor que sente o Rio Grande é grande e precisa de ações concretas", e que o Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República "demonstrou justamente que desconhece o tamanho da gravidade dos problemas do Rio Grande". A falta de união e a disputa entre grupos podem prejudicar o avanço da pauta, conforme **Carlos Joel da Silva (Fetag RS)** e o **Secretário Edivilson Brum**.

#### 4.4. Riscos de Saúde Mental

- **Consequências potenciais:** Suicídios entre produtores rurais devido à pressão das dívidas e desespero.
- **Avaliação de probabilidade/impacto:** Mencionado como um risco real e grave pelo **Ministro João Augusto Nardes (TCU)**, que relatou: "Vários se suicidaram lá no passado, também aconteceu isso, e nós não queremos ver pais de família se suicidando porque não conseguem pagar a conta". O **Senador Luiz Carlos Heinze** também apelou: "Pensem neles. O cara ser cobrado de manhã, de tarde, de noite, de uma cerealista, Roger, de uma cooperativa, de uma revenda, de um banco. O cara não sabe o que fazer".

---

## 5. ESTRATÉGIAS RECOMENDADAS

### 5.1. Prioritária: Mobilização Política e Pressão sobre o Governo Federal

- **Passos específicos:**
  - **União de forças:** A **Presidente Adriane Perin de Oliveira (Famurs)** convocou a união de prefeitos, governo estadual, parlamentares e entidades de classe. O **Senador Luiz Carlos Heinze** e o **Deputado Marcelo Moraes** reforçaram a necessidade de união apartidária da bancada gaúcha e de toda a representação política do estado.
  - **Pressão no Congresso Nacional:** **Carlos Joel da Silva (Fetag RS)** sugeriu que os deputados federais do Rio Grande do Sul "comecem a bloquear a votação dentro do Congresso se não acharem solução para a dívida dos agricultores". O **Deputado Marcelo Moraes** e o **Senador Luiz Carlos Heinze** destacaram a urgência na votação dos projetos de securitização (PL do Senador Heinze e PL do Deputado **Pedro Westphalen**, relator Afonso Hamm). O **Deputado Afonso Hamm** informou que o relatório será entregue antes do recesso.
  - **Diálogo com Ministérios:** O **Ministro João Augusto Nardes (TCU)** se dispôs a marcar reuniões com o Ministro Haddad e com a bancada federal para discutir a liberação de recursos do Fundo Social. O **Governador Eduardo Leite** e o **Secretário Edivilson Brum** enfatizaram a necessidade de sensibilizar o Ministro da Fazenda, por ser quem tem "a chave do cofre". O **Deputado Afonso Hamm**

confirmou que os Ministros Haddad e da Agricultura têm data para comparecer à Comissão de Agricultura no dia 2 de julho, onde terão que dar respostas.

- **Ações da base:** O **Senador Luiz Carlos Heinze** pediu aos prefeitos que "cobrem dos gerentes de banco da sua cidade", pois é "mais fácil o prefeito chamar 3, 4, 5 gerentes e falar com ele do que 100, 200, 500 agricultores frente a frente". A **Presidente Adriane Perin de Oliveira** mencionou a realização de outras mobilizações, incluindo ida a Brasília, se necessário. O **Deputado Afonso Hamm** sugeriu uma "marcha política do Rio Grande pelo agro gaúcho" na primeira semana de julho.

## 5.2. Estratégia de Financiamento: Utilização do Fundo Social do Pré-Sal

- **Passos específicos:**

- **Definição do modelo:** O **Governador Eduardo Leite** e o **Ministro João Augusto Nardes (TCU)** defenderam a utilização dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal como fonte de financiamento para a renegociação das dívidas, citando a Medida Provisória 1291 que permite a aplicação em projetos de mitigação e adaptação a mudanças climáticas. O **Governador Leite** afirmou que "há uma fonte de recursos possível de ser utilizada, que é o Fundo Social". O **Senador Luiz Carlos Heinze** sugeriu a criatividade na emissão de títulos, além da utilização do fundo.
- **Destinação de recursos:** O **Governador Eduardo Leite** mencionou que haveria "pelo menos 15 bilhões de reais que poderiam ser destinados para essa finalidade, na renegociação das dívidas". O **Senador Luiz Carlos Heinze** propôs que, se o estado colocar 3 [bilhões] e forem pegos 7 ou 8 do Fundo do Pré-Sal, "teremos dinheiro para renegociar 70, 80, 90 bilhões de reais. E financiarmos a próxima safra".
- **Grupo de Trabalho Interinstitucional:** O **Governador Eduardo Leite** informou que foi solicitado ao Ministro da Agricultura a formação de um grupo de trabalho interinstitucional, mas com a demanda de inserção do Ministério da Fazenda e redução do prazo de 120 dias.

## 5.3. Estratégias Estaduais de Apoio ao Produtor

- **Passos específicos:**

- **Investimentos em irrigação e políticas para agricultura familiar:** O **Governador Eduardo Leite** detalhou o programa Terra Forte (R\$ 300 milhões para 15 mil produtores familiares, com meta de R\$ 1 bilhão) e a subvenção integral do programa de troca-troca de sementes (Milho 100%, R\$ 180 milhões). O **Senador Luiz Carlos Heinze** mencionou a importância da irrigação e a simplificação do licenciamento ambiental pela Fepam para a construção de açudes.

- **Fundo Garantidor: O Senador Luiz Carlos Heinze** clamou ao Governador Eduardo Leite a criação de um "fundo garantidor" utilizando os recursos que o estado reservou (R\$ 136 milhões).

---

## 6. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A carta que as entidades propõem enviar a Brasília detalha pontos cruciais que não podem ser atribuídos a apenas um proponente, razão pela qual são aqui sumarizados pela **Presidente Adriane Perin de Oliveira** para fins de acompanhamento das demandas. Estes incluem:

- Limite de renegociação emergencial por CPF de R\$ 5 milhões e a prorrogação automática por um ano em caso de nova incapacidade de pagamento.
- Criação de linha de crédito emergencial para custeio da safra 2025/2026 com juros de 3% ao ano, limite de R\$ 500 mil por produtor, carência de 12 meses e garantia do Fundo de Garantia de Operações (FGO) em até 80%.
- Moratória tributária federal, abrangendo todos os tributos sobre a atividade rural por 6 meses (incluindo INSS patronal rural, ITR, IRPF rural e contribuições ao INCRA), com parcelamento em 60 vezes sem juros para débitos vencidos até dezembro de 2024.
- Facilitação de importações de insumos (redução de tarifas para 0% em fertilizantes, sementes e defensivos, aceleração dos processos de registro de produtos no MAPA para prazo máximo de 30 dias e dispensa de licenças de importação para insumos básicos por 180 dias).
- Ampliação dos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para R\$ 2 bilhões, com elevação de preços de referência em 30% para produtos do Rio Grande do Sul.
- Programa de reconstrução de silos e armazéns com financiamento subsidiado a 1% ao ano, parcerias com cooperativas e isenção total de impostos federais sobre equipamentos de armazenagem.

---

## 7. PRÓXIMOS PASSOS

### 7.1. Imediato

- **Elaboração e entrega de documento formal:** A **Presidente Adriane Perin de Oliveira (Famurs)** informou que a reunião serviria para formalizar o posicionamento de todos e que seria publicado um documento baseado na transcrição da reunião, a ser usado por uma ferramenta de inteligência artificial adotada pela entidade em ambiente de laboratório pela FAMURS. A **Prefeita Márcia Prates (Novo Barreiro)** destacou a importância desta carta a ser entregue em Brasília. O **Presidente da ACERGS, Rogers Pagnussat**, pediu que a carta seja um "pedido único" a Brasília, expressando a unidade do Rio Grande do Sul.

- **Preparação do relatório da securitização:** O **Deputado Afonso Hamm** informou que, como relator do projeto de securitização, está trabalhando no relatório e que ele será entregue "antes do início do recesso" parlamentar. Ele já realizou reunião com a Famurs, Farsul e Fetag na manhã do dia da reunião e planeja outra para o dia seguinte com técnicos legislativos da FPA e CNA.
- **Pressão sobre o Governo Federal:** A **Presidente Adriane Perin de Oliveira** afirmou que a pauta deve ser do governo federal e que "trabalharemos juntos para que essa pauta avance". O **Deputado Marcelo Moraes (Líder da Bancada Gaúcha)** indicou que o grupo de deputados federais continuará utilizando "todas as ferramentas possíveis para pressionar o Governo Federal". O **Senador Luiz Carlos Heinze** cobrou que os presentes pressionem os Ministros da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Fazenda para ajustar a posição e resolver a questão da securitização.

## 7.2. Curto Prazo

- **Reuniões em Brasília:** O **Ministro João Augusto Nardes (TCU)** se dispôs a marcar uma reunião com o Ministro Haddad e toda a bancada federal, incluindo o Partido dos Trabalhadores, e com o Presidente do Tribunal de Contas da União. Ele também sugeriu uma audiência do Rio Grande com o Presidente da República e o Ministro da Fazenda, incluindo prefeitos, deputados estaduais e federais.
- **Audiência dos Ministros em Comissão da Câmara:** O **Deputado Afonso Hamm** informou que os Ministros Haddad e da Agricultura têm data para comparecer à Comissão de Agricultura em Brasília no dia 2 de julho.
- **Marcha pela Dignidade e Oportunidade do Agro Gaúcho:** O **Deputado Afonso Hamm** sugeriu que na "primeira semana agora de julho é a marcha dos prefeitos, é a marcha política do Rio Grande pelo agro gaúcho".
- **Cobrança aos gerentes de banco:** O **Senador Luiz Carlos Heinze** sugeriu que os prefeitos "cobrem dos gerentes de banco da sua cidade" sobre o cumprimento das resoluções do Banco Central, pois há produtores sendo executados.

---

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reunião demonstrou a união e a forte mobilização das lideranças gaúchas, do campo e do poder público, em torno da pauta do alongamento e renegociação das dívidas agrícolas. A gravidade da crise, resultante de perdas sucessivas de safras e eventos climáticos extremos, foi unanimemente reconhecida, com o Rio Grande do Sul acumulando perdas econômicas desproporcionais em relação a outros estados. Há um consenso de que a solução não é o perdão das dívidas, mas sim a criação de condições para que os produtores possam honrar seus compromissos, principalmente através do alongamento dos prazos e taxas de juros acessíveis.

A utilização do Fundo Social do Pré-Sal foi apresentada como uma alternativa viável e fiscalmente sustentável para o financiamento da securitização, com projeções de bilhões de

reais que poderiam ser destinados a essa finalidade. A persistente falta de sensibilidade do Governo Federal, a lentidão nas decisões e a insuficiência das medidas já implementadas (como a resolução do CMN, que não abrange todas as dívidas e impõe condições desfavoráveis) foram apontadas como os principais entraves.

Decidiu-se pela continuidade e intensificação da pressão política sobre Brasília, através da união apartidária da bancada federal, do governo estadual, das entidades de classe e dos prefeitos, que representam a base e o impacto direto da crise nos municípios. A urgência da questão, que envolve a sobrevivência econômica e social do estado e a saúde mental dos produtores, exige uma resposta célere e concreta do Governo Federal. As ações do Governo Estadual, embora significativas, ressaltam a necessidade de um apoio federal robusto para complementar e viabilizar a recuperação plena do agronegócio gaúcho. A mobilização e o diálogo contínuo, com a apresentação de propostas claras e a cobrança por uma decisão política, são cruciais para que o Rio Grande do Sul receba a atenção e os recursos que merece, garantindo sua capacidade de produção e seu protagonismo no cenário nacional.

**Relatório elaborado por inteligência artificial com suporte da start-up LexisHub**